

O GENOCÍDIO DAS QUEBRADEIRAS DE CÔCO BABAÇU



MARANHÃO - 1990

EU?

EU SOU QUEBRADEIRA. SEM PARENTE, NEM ADERENTE.
QUANDO ME DEI CONTA, NÃO SOUBERAM ME DIZER
DE ONDE VINHA, QUANDO NASCI, QUEM SOU EU...
ENTÃO, O BABAÇU É O PAI E A MÃE DA GENTE.
DÁ O DE COMER, A MORADA, UM TUDO.
AGORA, QUE É DIFÍCIL, É. NINGUÉM TEM MAIS A TERRA.
FAZENDEIRO TOMOU TUDO. MATOU MUITO BABAÇU. PERSEGUIU OS POBRES.
MAS ASSIM MESMO, A GENTE VAI E QUEBRA. CAMINHA COMO QUÊ.
PELAS SOLTAS. CORRENDO DO GADO.
LARGANDO METADE DO COURO DAS COSTAS NESSA MISÉRIA DE ARAME.

TENHO QUATRO FILHOS. NENHUM TEM PAI.
ASSIM, NÃO TENHO DONO, QUE NASCI PARA DOMINAÇÃO NENHUMA.
O BABAÇU TAMBÉM ERA ASSIM. NUNCA NINGUÉM PLANTOU, NEM AGUOU.
MAS HOJE O BABAÇU ESTÁ PRESO.
ATÉ JÁ ME PROMETERAM TACA, DA GENTE ENTRAR EM PASTO ALHEIO.
MAS A GENTE VAI E QUEBRA. CAMINHA COM ESSE PESO DANADO.
E NO FIM TROCA POR UM PUNHADO DE ARROZ.

OLHA, A VIDA É BOA, POR QUE É MESMO.
MAS PARA A MULHER, TEM DIFICULDADE SIM.
NA VERDADE, MATAM A GENTE DE POUQUINHOS.

Antonia Pereira da Silva
Piçarra, Lago do Junco - MA
1988

AS QUEBRADEIRAS E O BABAÇU

As Quebradeiras são trabalhadoras rurais de aproximadamente 400 mil famílias, que vivem da extração das amêndoas de coco babaçu (*Orbignya phalerata*).

Descendentes de indígenas, escravos negros e migrantes do Nordeste semi-árido, vivem nas áreas de ocorrência de babaçuais, localizados parte na Amazônia e parte no Nordeste e Centro-oeste, nos Estados de Goiás, Piauí, Mato Grosso e principalmente no Maranhão, o maior produtor.

O Maranhão, com 69% de sua população no meio rural, com 33% apenas de alfabetizados, é um dos Estados de maior miséria e concentração fundiária do Brasil.

Assim, as Quebradeiras, sendo posseiras, sem terras ou minifundiárias, vivenciam toda a conseqüente violência agrária e devastação ambiental.

Nessa região de transição entre Amazônia e Nordeste, os trabalhadores rurais sobrevivem do extrativismo do babaçu e da agricultura de subsistência, principalmente da produção de arroz, estando ambos os processos intimamente relacionados, por um manejo tradicional. As roças (arroz, milho, feijão e mandioca) são assumidas pelos homens. O babaçu, sua coleta e principalmente a quebra, é trabalho feminino por tradição, pois, anterior a instalação das Indústrias de Óleo de Babaçu, a utilização no consumo doméstico, de óleo e leite de coco, era tarefa da mulher.

Iniciando-se por volta dos 7 anos de idade, as Quebradeiras exercem a atividade até a velhice, adquirindo grande destreza e submetendo-se às seqüelas físicas desse desgastante trabalho.

ÁREAS DE OCORRÊNCIA DE
BABAÇUAIS 



A VIDA NOS BABAÇUAIS

A moradia na região dos babaçuais é solucionada perfeitamente por materiais biodegradáveis oferecidos pela palmeira: telhados de folhas impermeáveis e resistentes às chuvas amazônicas, de até 500 mm mensais na estação das águas; paredes de palhas sobrepostas ou de talos e barro, que permitem abrigo para temperaturas de até 43 graus, nos meses de secas; janelas e portas de folhas trançadas, que só não protegem dos pistoleiros do latifúndio.

Na alimentação, utiliza-se cotidianamente o leite e o óleo extraído das amêndoas, no pilão. De forma indireta, as criações domésticas e animais de caça consomem em abundância o mesocarpo amiláceo do babaçu.

Provenientemente do endocarpo lenhoso do coco, o carvão é também produto do trabalho da Quebradeira, em caieiros primitivas. Produzindo pouca fumaça e fogo duradouro, é o combustível preferido pelas famílias rurais. Além disso, sendo o carvão proveniente do fruto, é permanentemente renovável, sendo contrário à ação exercida na produção de carvão madeireiro.

Muitos outros são os subprodutos do babaçu para hortaliças, cercados de talos para criações, estrados para armazenagem de grãos, etc.

Porém, de grande influência e motivo de relações com pessoas externas a comunidade são o carvão e a amêndoa, que impulsionam a dinâmica social.

Menos poluentes, por seu baixo teor de fósforo e enxofre, o carvão é comprado por indústrias nacionais e estrangeiras, não sem antes passar por uma extensa rede de intermediários.

Da mesma forma, as amêndoas de babaçu, que inicialmente eram destinadas a produção de óleo comestível, após a concorrência com o óleo de soja, são vendidas para a indústria da saboaria, como concorrente do óleo de copra.

A LUTA CONTRA O LATIFÚNDIO

As áreas de ocorrência de babaquais são relativamente férteis e de boa umidade, gerando a cobiça dos grandes latifundiários.

Assim, povoados centenários foram apropriados e cercados por fazendeiros e empresários que não hesitam, quando não na completa e violenta expulsão, em cobrar rendas exorbitantes, proibir a coleta do babaçu ou ainda destruir com herbicidas as palmeiras recém germinadas, para evitar o contato com as Quebradeiras.

Acobertados por um poder público corrupto, tanto no executivo como no judiciário, essa prática se faz presente em todo Estado. Apenas como exemplo, na região do Meriam, pertencente a "zona dos cocais", maior produtor de babaçu, 57% dos estabelecimentos rurais existentes (1980) eram arrendados e ocupavam apenas 5% da área total. 22% eram posseiros, ocupando apenas 3%. Aos grandes proprietários cabiam 90% da área total, para poucos latifúndios, de especulação ou pecuária extensiva.

Em 1990, após o PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, a situação não se modificou muito: os babaquais, por natureza, uma oferenda para os povos, são palcos de conflitos, caracterizando-se como uma das regiões mais violentas do país.

Apesar da quebra do babaçu ser em pontos coletivos, os "vaqueiros" das fazendas costumam intimidar as Quebradeiras:

"Quando ameacei de enfrentar os homens (os vaqueiros), me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta, debaixo dos risos e tiros. de medo de taca, as outras (Quebradeiras) pegaram seus machados e fugiram correndo, deixando as amêndoas."

D. Raimunda do Chico Vieira

Lago do Junco - 1988



Assim como na Gleba Olho d'Água dos Grilos, comunidade negra de ascendência escrava, em 1979, a Gleba Aldeia, foi invadida e incendiada pelo fazendeiro em 1988.





Nas áreas onde já se conquistou a terra, os trabalhadores buscam a preservação e utilização racional de seus recursos naturais.



A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO

Com grandes incentivos fiscais e subsídios do governo, beneficiando os empresários, como habitualmente ocorre nos ditos "Programas de Desenvolvimento Social", que só pagos com juros pelo povo, houve a implantação de um grande parque industrial de óleos vegetais no Maranhão.

Porém, devido ao irracional sistema de comercialização de amêndoas a indústria de babaçu esta com 75% de sua capacidade ociosa.

O aviltante preço pago às Quebradeiras, a restrição de acesso aos babaçuais, a derrubada maciça das palmeiras, faz com que apenas 33% da produto seja vendida. Porém, nem empresários, nem Governo, buscam a racionalização do processo sob ótica social.

Muito pelo contrário, a solução tem sido buscada no sentido de eliminar a "mão-de-obra desqualificada = Quebradeira", procurando-se uma mecanização do extrativismo, nas mãos de empresários coerentes com a lógica do Capital.

Segundo levantamento da Companhia Vale do Rio Doce (1981), temos a existência de 121 patente e 11 termos concedidos a máquinas, dispositivos e processos, com finalidades da quebra do coco babaçu. Todas sem viabilidade e utilização prática até o momento.

Em 89, foi implantada sob a responsabilidade técnica da EMAPA (Empresa Maranhense de Pesquisas Agropecuárias), com financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e PROJETO NORDESTE (recursos do Banco Mundial), uma Usina de Beneficiamento de Babaçu, como um dos projetos do "Assentamento da Gleba Monte Cristo", área desapropriada em 85, no município de São Luís Gonzaga.

Apesar de emergente mobilização das Quebradeiras, realizando uma série de Encontros, para discutir a mecanização do extrativismo do babaçu, numa área de Assentamento, congregando representantes de vários municípios e do Piauí e Tocantins, não se viabilizou o projeto em tempo hábil, esmorecendo a tentativa das trabalhadoras em assumir a Usina como uma experiência das Quebradeiras.

Quebra do Babaçu será mecanizada

Para tornar a produção de coco babaçu economicamente viável, através de formas alternativas do seu aproveitamento, inclusive como fonte energética, o Centro das Indústrias do Maranhão - CIMAR, está juntando esforços com a EMATER e a EMAPA para o desenvolvimento do Programa de Aperfeiçoamento Mecânico de Quebra Coco, que garantirá, a curto prazo, a preservação da oferta da matéria-prima aos setores industriais dos Estados do Maranhão, Piauí e Goiás, onde estão localizados os pólos nativos da palmeira de babaçu.

Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Maranhão, empresário Luiz Fernando Renner, já existe aqui no Estado e nos outros dois que produzem o babaçu em escala industrial, equipamentos criados para a quebra de coco. Porém, essas máquinas ainda não atingiram a modernização capaz de atender as reais necessidades dos produtores de óleo vegetal destes três Estados. Por isso, foi criada uma comissão de estudo desses equipamentos, cujo objetivo é procurar formas de aperfeiçoá-los junto aos fabricantes, visando adequá-los às condições desejáveis.

PROGRAMA

A intenção maior dos empresários que criaram o Programa como informa Fernando Renner, é possibilitar que esses equipamentos, depois de melhorados pelos fabricantes, sejam difundidos e posteriormente adquiridos por produtores das regiões dos babaçuais, principalmente pelos fazendeiros em cujas localidades a quebra de coco ainda é feita integralmente pelo processo manual.

- Com a modernização desses equipamentos - prevê o presidente do CIMAR - será possível a criação, nas regiões produtoras, dos Centros Comunitários de Quebra de Coco, eliminando ou diminuindo consideravelmente, o processo de extração manual, que ao longo dos anos vem caracterizando essa atividade econômica, notadamente no Maranhão.

Fernando Renner observou ainda que com a utilização dos maquinários reajustados, além do setor industrial garantir uma melhor qualidade da amêndoa do coco, a partir da diminuição do elevado teor de impurezas que acompanha a matéria-prima quando entregue nas fábricas pelos quebradores, a operação vai possibilitar que o amido e a casca, considerados resíduos, sejam transformados em carvão vegetal, para o aproveitamento como fonte de energia.

A LUTA POR POLITICAS JUSTAS

Em junho de 1990 foi imposto ao país um pacote de medidas, diretrizes e instrumentos para a nova política industrial e o comércio exterior, que abalou imediatamente a classe trabalhadora.

Essas resoluções, que não são mais as exigências dos credores internacionais, nada tem a ver com a realidade de nosso povo.

As Quebradeiras, que nunca foram beneficiadas com os recursos que hoje compõem a dívida externa, não podem compreender as causas e conseqüências da redução da alíquota do imposto de importação a zero, que afetou a Indústria de Óleo Babaçu.

Apenas, nos babaçuais, o questionamento é geral: "Em pleno mês de julho, a queda de preço de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 8,00 por quilo de amêndoa!"

Em julho, os compradores de óleo babaçu já voltavam suas atenções para o óleo de copra (= amêndoa de coco da praia) da Malásia e outros países, que vencia a concorrência. As grandes indústrias transnacionais no país, compradoras do óleo babaçu, só não substituirão totalmente o babaçu por copra, pelas vantagens da permanente concorrência entre ambos.

Porém, diminuindo seu volume de vendas, as Indústrias nacionais produtoras do óleo babaçu, já tão abaladas pelas sucessivas incertezas da política econômica, sobreviverão quanto tempo?

Para as Quebradeiras, a "reestruturação competitiva", "a internacionalização da economia" são apenas novas formas de denominar e intensificar a exploração vigente.

Mas, o agravante é que nessa situação de "reestruturação" geral e imprevisível, conseqüências irreversíveis estão ocorrendo: sem o lastro econômico que representavam os babaçuais, a devastação tende a se acirrar.



A VIOLÊNCIA DA FOME E DA MISÉRIA, ENTERRA A CADA ANO CENTENAS DE CRIANÇAS, ANÔNIMAS, VÍTIMAS DO LATIFÚNDIO E DA EXPLORAÇÃO, NA REGIÃO DOS BABAÇUAIS.

ASSEMA: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Rua das Laranjeiras, 1432.
Pedreiras - MA CEP 65.725